



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Machado

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE FORMAÇÃO
INICIAL E CONTINUADA (FIC)**

Curso em Agente Comunitário de Saúde

MODALIDADE A DISTÂNCIA

Campus Machado/MG

2019

SUMÁRIO

1 Dados da Instituição	2
2 Dados gerais do curso	2
3 Justificativa	2
4 Objetivos do curso	5
4.1 Objetivo Geral	5
4.2 Objetivos Específicos	5
5 Público-alvo	5
6 Pré-requisito de acesso ao curso	6
7 Competências e habilidades	6
8 Matriz curricular	6
9 Conteúdo programático	7
10 Especificar tipo de aula (teórica/prática)	12
11 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	12
12 Certificação	13

1 Dados da Instituição

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Machado.
Endereço	Rodovia Machado Paraguaçu, s/n, Km 3, Bairro Santo Antônio
Cidade/UF/CEP	Machado – MG / 37750-000
Site da Instituição	http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br

2 Dados gerais do curso

Nome do curso	Curso de formação inicial e continuada em Agente Comunitário de Saúde.
Nome do Coordenador(a)	Michelle da Silva Marques
Nome do Instrutor(a)	Romara Cristina de Oliveira Simone Conceição Maciel
Tipo de Programa	FIC
Previsão de início e de término	14 de Janeiro a 27 de Abril de 2019
Número de vagas por turma	1006 vagas
Carga horária total	210 Horas
Periodicidade das aulas (diário ou semanal)	Modalidade EAD
Turno e horário das aulas	Modalidade EAD
Local das aulas	Modalidade EAD

3 Justificativa

A política de saúde no Brasil, tendo a Reforma Sanitária como referência doutrinária e o Sistema Único de Saúde (SUS) como estratégia de reorientação setorial e institucional, fornece indicações importantes para a ordenação da formação dos trabalhadores do setor, apontando a necessidade de considerar o processo de trabalho em saúde como eixo estruturante para a organização dos processos de educação profissional.

Estas indicações estão expressas na Constituição Federal de 1988 e nos

dispositivos legais infraconstitucionais (Leis 8080/90 e 8142/90) que definem um conceito ampliado de saúde, para além da dimensão setorial dos serviços, e um conjunto de princípios balizadores, centrados na integralidade, universalidade e equidade da atenção, bem como no controle social e na descentralização da gestão, com comando único em cada esfera de governo. Assim, “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Artigo 196 da Constituição Federal).

Ao garantir a universalidade do acesso, a Constituição Federal intensificou a demanda aos serviços de saúde, tradicionalmente centrados no eixo hospitalar. Buscando criar estratégias para reverter este modelo e atender à demanda crescente, várias experiências, em nível local, começaram a surgir priorizando ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, incorporando, em muitas delas, as contribuições da própria população, por meio de sua cultura no “saber-fazer” os cuidados com sua própria saúde.

Estas experiências influenciaram a concepção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (1991) e posteriormente do Programa de Saúde da Família (1994). Nesse cenário, o agente comunitário de saúde desempenha um papel de mediador social, sendo considerado “um elo entre os objetivos das políticas sociais do Estado e os objetivos próprios ao modo de vida da comunidade; entre as necessidades de saúde e outros tipos de necessidades das pessoas; entre o conhecimento popular e o conhecimento científico sobre saúde; entre a capacidade de autoajuda, própria da comunidade, e os direitos sociais garantidos pelo Estado.” (Nogueira et al, 2000).

A profissionalização desses trabalhadores deve, então, considerar as novas perspectivas delineadas para a educação profissional no Brasil (Lei Federal nº 9.394/96, Decreto Federal 5.154/20042, Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 16/99 e Resolução CNE/CEB nº04/99) que apontam para a elevação da escolaridade e para uma concepção de formação que proporcione compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. Deve considerar, também, as necessidades apontadas pelo SUS, que exige profissionais com

capacidade de atuar-nos diferentes setores, de forma a promover a melhoria dos indicadores de saúde e sociais, em qualquer nível do Sistema. Nesse contexto, a Lei Federal 10.507, de 10 de julho de 2002 cria a profissão de ACS (Agente Comunitário de Saúde).

Nesse momento, a maioria dos ACS, não tinha formação adequada para exercer todas as atividades inerentes ao cargo, pois segundo o referencial curricular e o manual técnico dos Ministérios da Educação e da Saúde de 2004, 18% dos trabalhadores da área tinham apenas o ensino fundamental e 22% sequer possuíam esse nível de ensino completo. A lei 10.507 de 2002 só regeu as atividades dos ACS até 06 de outubro de 2006, quando foi publicada a pela lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que passa a exigir que os ACS que ingressarem no sistema após a publicação da lei, devam ter concluído, com aproveitamento, o curso introdutório de formação inicial e continuada em ACS e haver concluído o ensino fundamental. Assim, o Ministério da Saúde reconhece e valoriza a formação dos trabalhadores como um componente para o processo de reajuste da força de trabalho, no sentido de contribuir decisivamente para a qualificação e a efetivação da política nacional de saúde.

Esta concepção da formação busca caracterizar a necessidade de elevação da escolaridade e dos perfis de desempenho profissional, possibilitando aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores—domínio do conhecimento técnico-científico, capacidade de auto-planejamento, de gerenciar tempo e espaço de trabalho, de exercitar a criatividade, de trabalhar em equipe, de interagir com os usuários dos serviços, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho. Assim, para fortalecer e aumentar a qualidade de resposta do setor saúde às demandas da população, o Ministério da Saúde tem investido fortemente na política de educação profissional, articulando estratégias que envolvem o aumento da escolaridade, a profissionalização e a educação permanente dos trabalhadores do setor.

O curso de Agente Comunitário de Saúde ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/ Campus Machado - MG busca suprir a necessidade de formação adequada dos cidadãos que almejam a profissão de ACS, e dos que já atuam como via de conexão e integração entre as unidades de saúde e a comunidade onde estão inserida.

4 Objetivos do curso

4.1 Objetivo Geral

O curso de Formação Inicial e Continuada em Agente Comunitário de Saúde, na modalidade a distância EAD , tem como objetivo geral proporcionar a atuação dos egressos como Agente Comunitário de Saúde junto as Equipes de Estratégia de Saúde da Família de acordo com as políticas do SUS, atuação e execução de atividades de promoção a saúde, prevenção de doenças, educação em saúde e trabalho integrado com equipe multidisciplinar, visando a melhoria da qualidade de vida da população em seu território de abrangência e em seus domicílios.

4.2 Objetivos Específicos

- Capacitar os profissionais para atuarem em conformidade com as políticas do SUS;
- Reconhecer as atribuições, o papel e a importância do ACS;
- Aprender sobre a importância da humanização e da ética no ambiente de trabalho e coletividade;
- Desenvolver ações de educação em saúde junto a comunidades;
- Capacitar os profissionais para terem habilidades para realização de diagnósticos de saúde da população de abrangência;
- Desenvolver técnicas de trabalhos em equipe e coletividade;
- Formar profissionais para desenvolverem ações de promoção e prevenção em saúde;
- Promover conhecimento para execução de primeiros socorros básicos;
- Saber identificar e atuar na prevenção de doenças endêmicas e psíquicas.

5 Público-alvo

O Curso destina-se a Agente Comunitário de Saúde e público interessado.

6 Pré-requisito de acesso ao curso

Ensino Fundamental Completo em quaisquer modalidades regulamentadas e reconhecidas pelas Secretarias de Estado e pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC.

7 Competências e habilidades

- Ao concluir o curso o aluno do curso FIC estará apto para atuar no desenvolvimento de ações de prevenção da doença e promoção da saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e comunidades, acompanhados de equipes multiprofissionais;
- Trabalho e desenvolvimento em equipe;
- Compreensão do seu papel e responsabilidades como ACS, entendendo o funcionamento do SUS e suas leis;
- Aquisição de técnicas para prática de primeiros socorros básicos;
- Conhecimento das políticas de saúde mental, atenção a mulher, criança, adolescente e ao idoso;
- Entendimento do seu papel e ações dentro da Vigilância Epidemiológica;
- Identificação de situações de risco e agravamento da saúde da população dentro de sua área de atuação;
- Encaminhamento adequado e discussão de casos para solução juntamente com a equipe multidisciplinar.

8 Matriz curricular	
Disciplina	Carga Horária
• Ambientação em EAD	10 horas
• Legislação do SUS	20 horas
• Estratégia de Atenção à Saúde da Família	20 horas
• Epidemiologia	20 horas
• Educação sexual e reprodutiva	20 horas

• Saúde da Mulher	20 horas
• Saúde da Criança	20 horas
• Saúde do Idoso	20 horas
• Saúde Mental	20 horas
• Primeiros Socorros	20 horas
• Ética	20 horas
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	210 horas

9 Conteúdo programático

A organização curricular deste curso busca proporcionar aos seus alunos uma qualificação profissional específica, necessária a um ACS. Dessa forma a estrutura curricular proposta possibilita uma formação humana e integral. Com base nos referenciais que estabelecem a organização por eixos tecnológicos, o curso está estruturado em núcleos politécnicos segundo a seguinte concepção:

Apresentação do curso, trabalho em equipe, grupos comunitários e acolhimento

- 1 Estrutura curricular, conteúdo, competências e habilidades que serão adquiridas com o curso de Agente Comunitário de Saúde;
- 2 Formas de avaliação e das aulas teóricas;
- 3 Aprendendo a lidar com as diferenças sociais, culturais, profissionais e comportamentais no ambiente de trabalho;
- 4 Tipos de comunicação, formas de abordagem e soluções de problemas dentro da equipe;
- 5 Empatia como forma de desenvolver habilidades para desenvolvimento da equipe.

Legislação do SUS

- 1 Conceitos básicos;
 - 1.1 Definição de Lei, Medida Provisória, Decreto, Normas Regulamentadora, Normas Operacionais;
- 2 Saúde: direito de todos e dever do estado;

- 3 SUS: Princípios e Diretrizes;
- 4 Legislação do SUS;
 - 4.1 Lei 8.080/90;
 - 4.2 Lei 8.142/90;
 - 4.3 História do SUS.

Estratégia de Atenção à Saúde da Família

- 1 Histórico, Objetivos Gerais e Específicos; Estrutura, Funcionamento e Princípios do PSF;
- 2 Diretrizes Operacionais;
 - 2.1 Descrição da Clientela;
 - 3 O ACS na estratégia saúde da família e o desafio de trabalhar em equipe;
 - 3.1 Atribuições do ACS;
 - 3.2 Visitas Domiciliares;
 - 3.3 Planejamento das Ações;
 - 3.4 Humanização;
 - 3.4.1 O acolhimento e a escuta;
 - 4 Programas de Atenção Básica executadas pela Estratégia de Saúde da Família e a atuação do ACS;
 - 4.1 PSE (Programa Saúde na Escola);
 - 4.2 SISVAN;
 - 4.3 Programa Bolsa Família;
 - 4.4 Programa Nacional de Controle da Tuberculose;
 - 4.5 Programas e ações estratégicas de eliminação da Hanseníase;
 - 4.6 Saúde do Homem;
 - 4.7 Saúde do Trabalhador;
 - 4.8 Imunização;
 - 5. Programas de Apoio a Estratégia de Saúde da Família;
 - 5.1 Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF;
 - 5.2 Saúde Bucal.

Epidemiologia

- 1 O que é Epidemiologia;
- 2 Conceitos básicos em Epidemiologia;

- 3 Processo Saúde e Doença;
- 4 A Epidemiologia na Prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis;
- 5 A Epidemiologia e Doenças Transmissíveis;
- 6 Epidemiologia Ambiental;
- 7 Vigilância Epidemiológica.

Educação sexual e reprodutiva

- 1 Saúde Reprodutiva na Atenção Básica;
 - 1.1 Anatomia do aparelho reprodutor;
 - 1.2 Ciclo Menstrual;
 - 1.3 Sistema reprodutivo e seu desenvolvimento (puberdade, descobertas, anseios);
- 2 Sexualidade;
 - 2.1 Métodos Contraceptivos;
 - 2.2 Prevenção de IST (Infecções sexualmente transmissíveis);
- 3 Planejamento familiar;
 - 3.1 Gravidez na adolescência.

Saúde da mulher

- 1 A Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher;
- 2 O Agente Comunitário de Saúde e a Saúde da Mulher;
- 3 O ACS e a prevenção do Câncer de Mama;
- 4 O ACS e a prevenção do Câncer do Colo do Útero;
- 5 Gravidez;
 - 5.1 Diagnóstico (sinais de presunção e certeza da gestação);
 - 5.2 Adaptação fisiológica;
 - 5.3 Pré-natal;
 - 5.4 Complicações Gestacionais;
- 6 Parto;
- 7 Aborto;
- 8 Puerpério;
 - 8.1 Ações do quinto dia;
- 9 Maus-tratos, violência e feminicídio;
 - 9.1 Orientação ao ACS para realizar atendimento à mulher e para dar encaminhamento adequado.

Saúde da criança e do adolescente

- 1 Atenção Integral a Saúde da Criança;
 - 1.1 Amamentação;
 - 1.2 Alimentação Complementar para menores de 2 anos;
 - 1.3 Programa de Imunização;
 - 1.4 Crescimento;
 - 1.5 Desenvolvimento;
- 2 Ações no Nível de Atenção Básica;
- 3 Atenção Integral a Saúde do Adolescente;
 - 3.1 Sexualidade;
 - 3.2 Calendário Vacinal;
 - 3.3 Transtornos Alimentares;
- 4 Maus-tratos e violência contra a criança e adolescentes;
- 5 Orientação ao ACS para realizar atendimento da criança e do adolescente com agravos à saúde e para dar encaminhamento adequado.

Saúde do Idoso

- 1 Política Nacional do idoso;
- 2 Humanização e acolhimento à pessoa Idosa;
- 3 Avaliação integral da pessoa Idosa na Atenção Básica;
- 4 Principais Problemas de Saúde na Terceira Idade;
 - 4.1 Depressão;
 - 4.2 Demência;
 - 4.3 Alzheimer;
 - 4.4 Fragilidade e Osteoporose;
 - 4.5 Queda e fraturas;
 - 4.6 Hipertensão Arterial Sistêmica;
 - 4.7 Diabetes;
 - 4.8 Maus-tratos e violência contra a pessoa idosa;
- 5 Atenção domiciliar a Pessoa Idosa;
- 6 Promoção de Hábitos Saudáveis;
- 7 Orientação ao ACS para realizar atendimento à pessoa idosa e para dar encaminhamento adequado.

Saúde mental

- 1 A Política Nacional de Saúde Mental;
- 1.1 Lei 10.216 de 6 de Abril de 2001;
- 2 A Rede Básica de Atenção à Saúde Mental e a Estratégia de Saúde da Família;
- 3 Dependência de drogas;
- 4 Distúrbios mentais comuns;
- 5 O suicídio;
- 6 Maus-tratos ao portador de sofrimento mental;
- 7 Orientação para identificar um portador de sofrimento mental;
- 8 Orientação ao ACS para realizar atendimento ao portador de sofrimento mental e para dar encaminhamento adequado.

Primeiros socorros

- 1 Conceitos;
- 2 Aspectos Éticos e Legais;
- 3 Medidas básicas de sinais vitais;
- 4 Atendimento Pré-Hospitalar;
- 4.1 Triagem Pré-Hospitalar;
- 4.2 Suporte Básico de Vida;
- 4.3 Materiais de Primeiros Socorros;
- 5 Situações em Urgência e Emergência;
- 5.1 Crises Hipertensiva e diabética;
- 5.2 Afogamento;
- 5.3 Desmaio/Sincope e Vertigens;
- 5.4 Obstrução das Vias Aéreas;
- 5.5 Parada Cardiorrespiratória;
- 5.6 Acidente Vascular Cerebral;
- 5.7 Intoxicação por agrotóxicos;
- 5.8 Acidente com Animais Peçonhentos.

Ética Profissional

- 1 Ética;
- 2 Moral;
- 3 Bioética;

- 4 Cartas e Declarações de Direitos Humanos;
- 5 Constituição Federal – Artigos 196 a 200, Lei nº 11.350/2006;
- 6 Sigilo profissional;
- 7 Direitos e deveres do Agente Comunitário de Saúde.

10 Especificar tipo de aula (teórica/prática)

As aulas teóricas se configurarão em aula expositivo-dialogada, utilizando recursos pedagógicos necessários ao ensino a distância, em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tais como: vídeos, animações, simulações, hipertextos, atividades interativas com instrutores, alunos, biblioteca virtual e conteúdo da Web, possibilitando aos educandos o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, à facilidade na busca da informação e construção do conhecimento.

11 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Serão realizadas atividades não avaliativas no decorrer do curso, ao final de cada disciplina, na plataforma, com discussões e debates em fórum, proposto pelos instrutores. E ainda duas atividades avaliativas com questões fechadas. As atividades realizadas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, serão usados como formas de avaliação do aluno, com objetivo de promover a educação dos indivíduos para aplicação prática dos ensinamentos adquiridos, assim como sua participação e interesse. Serão utilizados várias formas de atividades, disponíveis na Modalidade EAD na plataforma.

As notas serão distribuídas com as duas atividades avaliativas, com 50% da nota para cada atividade. Espera-se que no final do curso o aluno possa ser avaliado para se tornarem profissionais críticos, capacitados e que tenham capacidade de compreensão e entendimento da sua realidade, e ser capaz de poder decidir e construir resoluções para melhoria da qualidade de vida da população.

12 Certificação

Após conclusão do curso o estudante receberá o Certificado de Agente Comunitário de Saúde, do Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, com Carga Horária de 210 horas.

Machado, 14 de Dezembro de 2018

José Pereira da Silva Júnior
Coordenador de Educação a Distância

Michelle da Silva Marques
Coordenadora Geral de Extensão

Romara Cristina de Oliveira
Instrutor(a) do Curso FIC em Agentes Comunitários de Saúde

Simone Conceição Maciel
Instrutor(a) do Curso FIC em Agentes Comunitários de Saúde